

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.793 - MT (2019/0206000-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**ADVOGADOS** : **FAGNER DA SILVA BOTOF - MT012903**  
: **EDYEN VALENTE CALEPIS - MT015005A**  
**AGRAVADO** : **ERIC SILVA SOARES**  
**ADVOGADO** : **HUMBERTO AFFONSO DEL NERY - MT006945**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO QUE DEVE OBSERVAR O ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. ACÓRDÃO EM DESARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso deu parcial provimento à apelação interposta pela parte contrária, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 161-162):

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – INVALIDEZ – CONDENAÇÃO IRRISÓRIA - HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO – MAJORAÇÃO - NECESSIDADE – PRECEDENTES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os honorários advocatícios devem ser elevados quando fixados em valor irrisório.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação ao art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Alegou que os honorários advocatícios teriam sido fixados em patamar exorbitante e desproporcional em relação ao valor da condenação principal.

Sustentou que teria decaído de parte mínima do pedido, o que deveria ser considerado na fixação da verba honorária.

Afirmou que o baixo valor da verba honorária não justificaria o

# Superior Tribunal de Justiça

afastamento da regra prevista no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

O Tribunal estadual concluiu pela majoração dos honorários advocatícios nos seguintes termos (e-STJ, fl. 163):

*In casu*, o apelante alega que a condenação em verba honorária no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação é irrisória.

Alega que, o perito médico, por apenas um ato, recebeu R\$ 1.000,00 (mil reais) de honorários, enquanto ele, que realizou vários atos processuais, irá receber tão somente 10% (dez por cento) de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o que equivale a R\$ 84,37 (oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Insiste que os honorários advocatícios devem ser elevados para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Pois bem, como a condenação se deu em R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) e conforme preceitua o artigo 85, §2º, incisos I, II, III e IV e § 8º, do Código de Processo Civil, entendo que os honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação são um tanto quanto irrisórios, devendo ser majorados para R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Do exposto, verifica-se que o acórdão estadual fixou os honorários advocatícios com base no art. 85, § 8º, do CPC/2015, o que vai de encontro à jurisprudência consolidada nesta Corte na Segunda Seção, firmada por ocasião do julgamento do REsp n. 1.746.072/PR.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do

julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando

houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor

atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido.

Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIAÇÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe de 30/04/2018)

Assim, no caso, os honorários devem ser estabelecidos com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, ou seja, sobre o valor da condenação, nos exatos termos do referido dispositivo:

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Em razão disso, fixo os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, § 2º, do CPC/2015).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar que seja aplicado o § 2º do art. 85 do CPC/2015 ao caso, fixando, assim, os honorários advocatícios sucumbenciais em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

